

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: MOMENTOS E MOVIMENTOS

Benno Sander

Introdução

Ao iniciar esta fala, quero congratular-me com aqueles que tiveram a feliz idéia de eleger a Bahia para a realização do XX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e para a celebração do quadragésimo aniversário de fundação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Feliz idéia porque, acima de tudo, aqui nos sentimos em casa. Aqui somos muito bem recebidos. Aqui temos a sensação que Heitor Villa-Lobos ainda vive e está na Bahia, cantando uma de suas lindas canções:

Amigo, seja bem-vindo!

A casa é tua

Não faça cerimônia

Vá pedindo, vá mandando

Seja teu tudo o que é meu

Amigo, seja bem-vindo!

Aqui nos sentimos em casa porque, na realidade, a Bahia é imagem viva do Brasil, do Brasil político e cultural, do Brasil tradição e inovação, do Brasil rico e pobre, do Brasil diversificado mas solidário, enfim, do Brasil bra-

sileiro. É na Bahia que aprendemos os ensinamentos de Rui Barbosa como homem público, como abolicionista e civilista, como jurista, acadêmico e jornalista, como político e diplomata e como amante da educação e da cultura, qualidades que fizeram dele um dos mais importantes personagens da história do Brasil. É na Bahia que nos inspiramos na trajetória pessoal e política de Jorge Amado, que se despediu de nós há poucos meses, mas que permanecerá sempre presente entre nós através de sua imortal obra literária. É na Bahia, enfim, que o Brasil se encontra hoje no *Mar de Dorival Caymmi*, no *Alegria, Alegria* e no *Sozinho* de Caetano Veloso, no *Balancê* de Gal Costa, no *Iansã* de Maria Bethania, no *Canto da Cidade* de Daniela Mercury, e no pedagógico *Sítio do Pica-Pau Amarelo* interpretado por Gilberto Gil.

E falando em pedagogia, hoje nos reunimos em Salvador para pensar e repensar a política e a gestão da educação no Brasil, iluminados pela filosofia educacional de um ilustre filho da Bahia e um dos mestres fundadores da ANPAE, Anísio Teixeira. Hoje nos reunimos em Salvador para pensar e repensar as lições de administração escolar de outro ilustre filho da Bahia e primeiro Presidente eleito da ANPAE, Antonio Pithon Pinto. À luz dos ensinamentos desses protagonistas históricos da educação e da cultura nacional, somos convocados a desconstruir e reconstruir os momentos e movimentos da política e da gestão da educação no Brasil, momentos e movimentos gestados neste Estado da Bahia desde os (des)encontros iniciais há cinco séculos em Porto Seguro, cidade que se tornou desde então patrimônio de todos os brasileiros e monumento vivo de nossa história.

UMA HISTÓRIA DE MOMENTOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS

Para cumprir a honrosa missão de proferir esta palestra na abertura do XX Simpósio Brasileiro da ANPAE, vou tratar de recordar um pouco dessa nossa história, uma história seletiva de momentos e movimentos em matéria de políticas públicas e de gestão da educação no Brasil. O objetivo desse exercício é incentivar a nossa busca coletiva de explicações e soluções para os problemas que hoje enfrentamos na administração do ensino. Para a consecução desse objetivo, tentarei explorar o alcance de alguns fatos históricos, na expectativa de que possam iluminar a avaliação dos significados e contraditórios de nossas políticas públicas e nossas práticas de administração educacional.

Tenho consciência que minha escolha dos momentos e movimentos é resultado de minha percepção seletiva que reflete uma visão de educação e sociedade. Também tenho consciência que minha percepção seletiva dos fatos políticos e atos educacionais representa apenas uma leitura entre muitas leituras. Na realidade, cada um de nós tem sua própria leitura da histórica e, nesse sentido, confio que este Simpósio seja mais uma ocasião propícia para uma reflexão coletiva a respeito de nossa trajetória histórica, à luz do exame dos encontros e desencontros de distintas leituras e distintas percepções e interpretações dos atos e fatos políticos e educacionais. E com essas ressalvas, vou ao primeiro momento.

O MOMENTO DA COLONIZAÇÃO

O primeiro momento dos últimos cinco séculos de nossa história marca precisamente o encontro ou desencontro de dois mundos em Porto Seguro no dia 22 de abril de 1500. Encontro entre o mundo dos donos de casa e o mundo dos visitantes. O mundo dos povos nativos e o mundo dos povos latinos. O mundo dos conquistados e o mundo dos conquistadores.

Vejo esse primeiro momento como sintoma de um movimento histórico mais amplo, sintoma de um processo histórico que alguns denominam processo civilizatório; que outros definem como processo colonizador; e que muitos hoje preferem chamar processo globalizador, processos esses então protagonizados pela Europa, e que pela primeira vez se manifestavam nessas nossas latitudes tropicais. Esse movimento histórico da humanidade está associado a poderosos processos de expansão e mundialização. Expansão da propriedade e do comércio, expansão do poder, expansão da fé. Em outras palavras, conquista econômica, conquista política, conquista cultural.

A conquista cultural realizou-se através da transplantação sistemática dos valores e práticas religiosas do cristianismo, das expressões artísticas e das tradições educacionais com suas normas e seus ritos pedagógicos da Europa continental para o Novo Mundo. No campo do ensino, o transplante dos conhecimentos e dos valores e práticas sociais efetuou-se através de uma política de educação pública confessional, delegada aos missionários católicos. Se bem que a evangelização dos povos nativos fosse o objetivo genuíno dos missionários ibéricos, eles também se tornaram

“agentes europeus de desintegração de valores nativos”, na expressão de nosso antropólogo maior, Gilberto Freyre, em sua memorável *Casa Grande e Senzala*. Se bem que com o passar dos anos a política educacional oficial se “desconfessionalizasse” progressivamente, especialmente nos séculos XIX e XX, o escolasticismo católico teve presença permanente e marcante na história da educação brasileira. O pensamento pedagógico da Igreja Católica no Brasil foi inicialmente operacionalizado mediante a aplicação no cotidiano escolar dos princípios da *Ratio Studiorum* concebidos por Ignácio de Loyola no século XV na Espanha. Posteriormente, o pensamento pedagógico brasileiro foi também influenciado pelos princípios consagrados na *Conduite des Écoles Chrétiennes* escrita por João Batista de La Salle no século XVIII na França e por outras contribuições educacionais católicas e evangélicas.

As análises e avaliações sobre a política educacional oficial adotada inicialmente pela Coroa de Portugal são reiteradamente confirmadas por autorizados historiadores e sociólogos, como Nelson Werneck Sodré e Fernando Azevedo, ao relatar os movimentos sociais e intelectuais que se seguiram nos séculos do Brasil Colônia. É importante ressaltar, no entanto, que nos tempos coloniais houve poucos desenvolvimentos teóricos autóctones no campo específico da educação. Somente uma pequena minoria da elite e do clero tinha acesso à escola e não havia vontade política para ampliar as oportunidades educacionais para o povo. Ao longo dos anos, houve tentativas pedagógicas frustradas para reverter a política educacional

oficial, como a experiência de educação pública ensaiada pelo Marquês de Pombal em meados do século XVIII e a introdução do ensino superior profissional por ocasião da permanência da Família Real de Portugal no Rio de Janeiro no início do século XIX. Durante o Segundo Império houve alguns desenvolvimentos promissores no campo do ensino, graças à sensibilidade política e cultural do Imperador Dom Pedro II e de seu interesse pessoal pela educação. Como resultado da política imigratória adotada pelo Império, a partir dessa época se ampliou no Brasil a ação educacional de uma série de

ordens religiosas provenientes, inicialmente, da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos da América. No entanto, não se logrou consolidar uma tradição pedagógica com verdadeiro caráter nacional. É nesse contexto histórico que, no final do Império, Rui Barbosa liderou um importante movimento de reação à falta de uma tradição pedagógica autenticamente brasileira e à ausência de uma política de educação popular comprometida com a formação para a cidadania e a defesa da soberania nacional. O desafio renovador, no entanto, ficou para o próximo momento histórico.

O MOMENTO DA ORDEM E DO PROGRESSO

O segundo momento de nossa história educacional veio com a República, quando Benjamin Constant liderou uma reforma educacional alicerçada nos princípios doutrinários do positivismo francês que, ao lado da influência das idéias liberais norte-americanas, inspiraram todo o movimento político que nos conduziria à adoção do sistema republicano de governo. Essa orientação filosófica, que enfatiza as noções de equilíbrio, harmonia, ordem e progresso e que preconiza métodos empíricos baseados em dados objetivos e racionais, deixou sua marca permanente em nossas instituições políticas e sociais.

Na organização do sistema educacional na Primeira República, a influência do positivismo revelou-se na adoção de poderosos instrumentos de controle central e uniformização do ensino, apesar do federalismo formal e da descentralização proclamada da gestão pública. Na educação, o positivismo também se manifestou no conteúdo universalista de seu currículo enciclo-

pédico, na sua metodologia empírica e nas suas práticas prescritivas de organização e funcionamento das instituições de ensino.

As perspectivas iniciais de organização e administração educacional na Primeira República deram origem a modelos dedutivos e práticas normativas, modelos e práticas preocupadas essencialmente com a manutenção da ordem e do progresso na sala de aula, no funcionamento das escolas e na gestão dos sistemas de ensino. Essas práticas me fazem lembrar a história de uma pensadora crítica que, numa atitude provocadora, desenhou a bandeira nacional mudando o seu lema para “disciplina e continuísmo.” Acho essa história muito sugestiva, no sentido de que reflete bem a preocupação dos professores de orientação positivista e evolucionista em nossas escolas. Essa percepção, aliás, não é coisa do passado em muitos de nossos ambientes escolares, em que a disciplina e a manutenção do *status quo* continuam sendo mais valorizados que a educação

para a liberdade, a autonomia e a cidadania responsável.

No contexto mais amplo do mundo ocidental, o positivismo iluminou decisivamente as teorias clássicas de administração concebidas e adotadas na aurora do século XX, em particular o *fatolismo* dos franceses e o *taylorismo* norte-americano e, mais tarde, o modelo burocrático *weberiano* dos povos saxões. Esses movimentos invadiram as várias áreas temáticas da administração, incluindo a administração da educação. O Brasil não foi exceção nesse quadro. Efetivamente, os movimentos internacionais dominantes

nas ciências sociais e na administração pública e de negócios daquela época influenciaram significativamente os sistemas de organização e gestão da educação brasileira por várias décadas. Esses mesmos movimentos de natureza positivista e funcionalista inspiraram a produção intelectual de muitos de nossos primeiros teóricos da administração escolar, incluindo os mestres fundadores da ANPAE. Houve obviamente exceções nessa matéria, em que a mais destacada foi, sem dúvida, a de Anísio Teixeira que integrou os autores de vanguarda de um novo momento de nossa história.

O MOMENTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO

O terceiro momento criou raízes a partir da terceira década do século XX quando se iniciou no Brasil um genuíno movimento nacional de reação às teorias sociais conservadoras inspiradas no positivismo filosófico e no funcionalismo psico-sociológico que então dominavam o pensamento e a produção intelectual na Europa e nos Estados Unidos da América. É o momento da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. É o momento de Escola Nova concebida em 1928 no Rio de Janeiro. É o momento da Lei Francisco Campos de 1931 que marcou a história da legislação educacional brasileira. Finalmente, é o momento do Manifesto dos Pioneiros da Educação promulgado em 1932, como verdadeira Carta da Escola do movimento de renovação educacional da época.

Considero esses movimentos como sintomas da conjunção histórica de uma série de fatores de desenvolvimento econômico, progresso social e amadurecimento político. O Manifesto dos Pioneiros teve um impacto

político particularmente transcendental e vem sendo referência obrigatória de uma visão de educação popular pública e comprometida com a promoção e a defesa dos interesses nacionais até hoje. Os Pioneiros da Educação tiveram que navegar um mar particularmente revolto na época do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, época caracterizada por permanentes conflitos com os setores conservadores, tanto no mundo da educação como na sociedade em geral. Paralelamente, aprofunda-se nessa época o histórico debate entre os promotores da educação pública e da educação privada e, nesse contexto, entre as escolas mantidas pelo Estado e pelas instituições mantidas pelas associações de educadores católicos e evangélicos. São dessa época os memoráveis debates entre Anísio Teixeira e Alceu Amoroso Lima, ambos membros do Conselho Nacional de Educação e que, apesar de suas diferenças intelectuais, posteriormente defenderiam juntos e unidos os ide-

ais de liberdade e democracia no período pós-revolucionário da década de 1960.

No campo da organização e da administração do ensino, os Pioneiros da Educação tiveram que enfrentar os defensores dos princípios e práticas adaptadas, muitas vezes acriticamente, das teorias gerenciais do mundo dos negócios concebidas na Europa e nos Estados Unidos da América. Após a Segunda Guerra Mundial, destaca-se a influência que exerceu o funcionalismo norte-

americano nas ciências sociais e na educação. Aqui também o enfoque político e sociológico dos Pioneiros da Educação foi um dos fatores decisivos para superar a orientação conservadora dos adeptos do funcionalismo comportamental. No entanto, enquanto se digladiavam Pioneiros e conservadores, novos fatos econômicos e políticos nacionais e internacionais criavam condições propícias para o surgimento de um novo momento na educação brasileira.

O MOMENTO DA ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

O quarto momento é o dos economistas, dos economistas da educação, dos economistas da administração, dos economistas do desenvolvimento. Pese a presença permanente da dimensão econômica na gestão pública, nesta minha leitura chamo atenção a um momento internacional particularmente importante da economia na concepção das políticas públicas em matéria de educação, administração e desenvolvimento. Esse momento dominante da lógica econômica guarda relação com uma série de movimentos internacionais relacionados à necessidade de administrar serviços de assistência técnica e ajuda financeira na etapa do pós-guerra. Foi precisamente essa lógica econômica que dominou os programas do Plano Marshall na Europa e os da Aliança para o Progresso nas Américas.

No Brasil, como na América Latina em geral, o enfoque econômico, que sublinhou os processos de modernização da administração pública nas décadas de 60 e 70, foi utilizado predominantemente pelos consultores internacionais e pelos autores estrangeiros e seus discípulos nacionais. Não me parece pura coincidência que nes-

sa época, que coincide no tempo com os governos militares, muitos dos civis mais influentes que ocupavam posições-chave na administração pública nacional tenham sido formados em programas de ciências sociais e educação de natureza desenvolvimentista nos Estados Unidos e na Europa. É só examinar as listas dos ocupantes dos principais cargos de direção dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, do IPEA, do Banco Central e do Ministério da Educação. Vários deles publicaram nesses anos suas teses escritas no exterior sobre desenvolvimento econômico, sobre o valor econômico da educação e sobre as taxas de retorno dos investimentos em educação.

Em consequência, as políticas públicas daquela época em matéria de organização e administração educacional sustentavam-se nos poderosos movimentos internacionais da economia da educação, da planificação de recursos humanos, das teorias do capital humano e do investimento no ser humano e suas taxas de retorno individual e social. À luz da lógica econômica que caracterizou esses movimentos,

surgiu o planejamento governamental e, dentro dele, o planejamento educacional, fortemente impulsionado pelas agências de assistência técnica e financeira dos países desenvolvidos, pelos organismos intergovernamentais de cooperação internacional e pelas organizações multilaterais de crédito.

Esses fatos revelam a existência de uma convicção otimista de que a educação era o primeiro fator de crescimento econômico, o principal instrumento de progresso técnico e um poderoso meio de seleção e ascensão social. Como resultado do esforço econômico daquela época, houve, sem dúvida, um significativo crescimento quantitativo dos sistemas de ensino em termos de escolas, colégios, universidades, matrículas e formandos. Mas com o esgotamento dos recursos financei-

ros e o crescente estrangulamento interno causado pelo endividamento externo, o momento dos economistas da educação perdeu fôlego na década de 70. Os fatos vieram demonstrar que o investimento na educação não havia produzido os dividendos esperados em termos de crescimento econômico, progresso tecnológico e, muito menos, em termos de desenvolvimento humano com equidade social. A avaliação histórica revela que o valor econômico é uma dimensão importante, mas não suficiente, das políticas públicas e da gestão da educação. Faltou à fase desenvolvimentista da educação brasileira um compromisso prioritário com a formação para a cidadania, com a defesa dos direitos humanos e com a democracia e a participação popular. Esta conclusão introduz um novo momento.

O MOMENTO DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

O quinto momento é o momento da democracia. O momento da organização e da resistência da sociedade civil. O momento do resgate e do respeito aos direitos humanos. O momento da defesa do meio ambiente e da qualidade de vida. Esse momento foi historicamente preparado pelos intelectuais da resistência democrática que militavam no Brasil e no exterior durante a fase desenvolvimentista, fase que coincide no tempo com o período dos governos militares no Brasil e em vários outros países da América Latina. Foi nessa época que floresceu um novo pensamento latino-americano nas ciências sociais, uma espécie de antítese política da tese desenvolvimentista, em que se destaca o esforço cepalino da teoria da de-

pendência ao lado de outras contribuições de vanguarda na economia, na sociologia, na administração e na pedagogia. No campo da educação, o nosso protagonista maior foi Paulo Freire, que começou a desenvolver na década de 60 a mais original e influente obra pedagógica produzida no século XX e que se tornou referência obrigatória para os estudiosos da educação internacional.

Nas últimas décadas, o momento da construção democrática engloba os movimentos políticos das *Diretas Já* e da *Constituinte* que culmina com a adoção da nova Carta Constitucional em 1989. O momento compreende também os movimentos de resistência e renovação protagonizados pela Sociedade Brasileira para o Progresso

da Ciência (SBPC), pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras entidades da sociedade civil organizada em distintas áreas do conhecimento.

Na área da educação, o momento da construção democrática vem acompanhado da organização e consolidação de uma série de sociedades científicas e associações de educadores, como a ANPEd, a ANDES, o CEDES, a UNDIME e o CONSED. A ANPAE, que nascera em 1961 no contexto da efervescência política e intelectual pré-revolucionária, também se integrou nesse novo movimento político-pedagógico da sociedade civil. O momento da construção democrática engloba ainda o movimento renovador das Conferências Brasileiras de Educação. Além disso, o momento propiciou uma crescente produção científica, associada, em grande parte, ao rápido desenvolvimento da pós-graduação nas Faculdades de Educação de nossas universidades, apoiadas pela CAPES e pelo CNPq. Finalmente, o momento da construção democrática manifestou-se na mobilização da sociedade civil em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da defesa da escola pública e da luta pela profissionalização dos educadores e pela valorização do magistério. Nesse contexto, destaca-se hoje a luta dos educadores pela conquista de condições qualitativas de trabalho pedagógico e pelo direito humano do professor e da professora a uma compensação digna e uma remuneração decente da atividade docente.

No campo específico da política e da administração da educação, a fase da construção democrática das últimas décadas é testemunha de um rico processo de aprendizagem e amadurecimento. Houve

nessa fase um significativo esforço crítico para avaliar a experiência brasileira de organização e administração do ensino e para ensaiar novas perspectivas teóricas e novas práticas de gestão da educação no Brasil. As últimas décadas também são testemunhas de um intenso debate sobre os fundamentos epistemológicos das nossas teorias e práticas de organização e administração educacional.

Mais importante do que relacionar aqui às valiosas contribuições individuais dos pensadores críticos que enriqueceram o debate político-pedagógico dessa fase, é registrar alguns temas que convocaram nossa atenção coletiva. Efetivamente, todos aprendemos com as perspectivas de administração educacional como ato pedagógico ou ato acadêmico ao invés de ato econômico ou ato empresarial. Todos aprendemos com os estudos e publicações sobre a administração da educação como ato político ao invés de ato burocrático. Todos aprendemos com os estudos sobre a importância da efetividade política e da relevância cultural das políticas públicas e dos paradigmas de administração educacional adotados historicamente no Brasil. Todos aprendemos com o estudo e as experiências de descentralização e gestão local da educação. Todos aprendemos com os estudos e debates sobre a gestão democrática da educação e com as experiências de eleição dos diretores de escola e reitores de universidades. Enfim, todos aprendemos com os debates e os estudos sobre a pedagogia do oprimido e a pedagogia da autonomia e sobre a educação para a cidadania, os direitos humanos e a qualidade de vida. Esse registro inicial de movimentos e contribuições intelectuais e

praxiológicas no campo da educação marcou definitivamente as últimas décadas de nossa história educacional e certamente o

seu significado há de iluminar a nossa reflexão e a nossa ação para enfrentar os novos desafios da educação brasileira.

NOVOS DESAFIOS NO INÍCIO DE UM NOVO SÉCULO: GLOBALIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GOVERNABILIDADE

Volto ao princípio de minha fala, ao primeiro momento de nossa história, em que registrei o encontro de dois mundos em 1500, para sugerir que hoje somos novamente desafiados em nossa trajetória histórica. Hoje, como ontem, continua o processo civilizador como o preferem batizar os conquistadores. Hoje, como ontem, continua o processo colonizador como o sentem na carne os conquistados. E hoje, como ontem, continua o processo de globalização como o concebem seus novos protagonistas na aurora do século XXI. O que é novo hoje é a mudança dos protagonistas, a mudança dos tempos e a mudança dos espaços, mudanças impulsionadas, em grande parte, pela revolução no transporte e no mundo da informação e das comunicações, instrumentos por excelência do capitalismo transnacional. Consolida-se, assim, a sociedade global da informação, que está sustentada numa nova economia, cuja base é a utilização eficiente do conhecimento.

Finalmente, hoje tomamos consciência, como nunca antes, da globalização do terrorismo e da globalização da guerra, numa espiral de violência de consequências imprevisíveis. O terrorismo que hoje ameaça a segurança coletiva dos habitantes do planeta é inaceitável sob todos os pontos de vista. O encaminhamento de soluções para os problemas do terrorismo e da violência requer, sem dúvida, um es-

forço coletivo de enormes proporções. Parte importante desse esforço reside no reconhecimento de que a violência é também um sintoma histórico, sintoma da iniquidade e da injustiça social que tem caracterizado a própria trajetória da humanidade através dos tempos. No início do terceiro milênio, datado de 11 de setembro de 2001, há provas contundentes e dramáticas de que não é mais possível manter ilhas de segurança e prosperidade para algumas nações e alguns povos às custas do sacrifício e da insegurança de outros. Ou nos salvamos todos ou pereceremos todos.

Ampliando o debate que iniciamos em São Paulo na celebração de nosso quadragésimo aniversário da ANPAE, volto a colocar sobre a mesa o tema da governabilidade. Com a globalização da economia e da atividade humana, as duas últimas décadas testemunharam um renovado interesse pelo estudo da administração no âmbito internacional, com um enfoque centrado no conceito de governabilidade. Como resultado desse novo interesse, multiplicam-se os esforços nacionais e internacionais em matéria de reformas institucionais e administrativas. Esses esforços ocorrem tanto nas empresas como nas instituições governamentais e são significativamente determinados por poderosas forças internacionais de natureza econômica e política.

É nesse sentido que as duas últimas décadas foram testemunhas de uma crescente demanda por governos menores e mais eficientes. A consequência tem sido uma perigosa atrofia do papel do Estado em todo o mundo ocidental. Simultaneamente, acentua-se a demanda social por mais programas e melhores serviços por parte dos governos. Para enfrentar esse paradoxo, numerosos governos vêm ensaiando novas perspectivas e soluções organizacionais e administrativas baseadas nos conceitos de eficiência e produtividade, visando melhorar o desempenho e reduzir os custos. O Brasil não é exceção nessa matéria. Prova disso são as intermináveis reformas constitucionais e administrativas promovidas na última década, em numerosos setores da administração pública. Em geral, as reformas se destinavam a cortar custos, não necessariamente para melhorar o desempenho, mas sim para atender a imposições externas. No âmbito interno, a prática governamental de cortar custos significou, acima de tudo, cortar benefícios sociais e diminuir o já limitado poder aquisitivo dos assalariados.

O movimento internacional por governos menores é, na realidade, um produto da pressão neocapitalista sem precedentes para privatizar muitas das atividades que, por sua natureza social e de utilidade pública, deveriam estar nas mãos do Estado, como a segurança pública, a saúde pública, a previdência social e a educação pública. Enquanto se acentua o processo de privatização, também cresce, muitas vezes tardiamente, a consciência de seus riscos para a cidadania, especialmente para crescentes setores menos favorecidos da população.

Tomando um exemplo dramático e atual, nas últimas semanas observamos que os Estados Unidos, à raiz dos inumanos acontecimentos do dia 11 de setembro próximo passado, está tomando consciência dos enormes riscos da proposta privatizadora em matéria de segurança pública e previdência social. Os americanos e os povos de 67 outros países que perderam preciosas vidas na brutal tragédia de New York, sentem na carne as consequências de um modelo político e econômico que não protege adequadamente seus próprios cidadãos e os habitantes de todo o planeta. Esse acontecimento está provocando uma enorme reação nos Estados Unidos a respeito do papel do Estado em matéria de segurança pública, incluindo as fileiras do conservador partido republicano, tradicional opositor de governos fortes e promotor incansável de uma privatização generalizada. Na semana passada, o congresso norte-americano aprovou a maior reforma de sua história em matéria de segurança pública, decidindo, entre outras coisas, que os profissionais responsáveis pela segurança dos meios de transporte e, em particular, dos aeroportos do país, sejam funcionários públicos federais, como o são em praticamente todos os países do mundo. Até o presente, a segurança dos aeroportos americanos estava nas mãos de empresas privadas.

Gostaria de estender esta reflexão a outros setores sociais, em especial à educação, em que as consequências da ausência do Estado não são tão sangrentas, mas nem por isso menos truculentas e menos desastrosas em termos de equidade e justiça social. O abandono da universidade pública por parte dos governos nacionais na América Latina terá consequências

irreparáveis se não forem tomadas medidas urgentes, pois estamos debilitando irreversivelmente nossa capacidade de pesquisa e desenvolvimento, especialmente naqueles países, como o Brasil, em que mais de 80 por cento da pesquisa científica se realiza nas universidades públicas.

Voltando ao campo específico da administração, observamos que existe uma variedade de experiências de reformas administrativas atualmente em curso no contexto internacional, lideradas principalmente pelos Estados Unidos e pela Europa. As reformas em curso acentuam o planejamento estratégico, a privatização, a corporativização e um sistema de contratação e orçamento por resultados. A experiência americana, que exerce uma enorme influência internacional, enfatiza a descentralização, a adoção massiva da tecnologia da informação e da comunicação, a avaliação de desempenho e a implementação das chamadas “melhores práticas” a menores custos na administração pública. Trata-se, portanto, de uma nova transposição do gerencialismo empresarial ao setor público.

É importante tomar consciência das idéias mestras dessas experiências no campo da administração pública, que estão sendo apropriadas e exportadas maciçamente pelas organizações intergovernamentais de assistência técnica e pelas agências financeiras internacionais. Esse

movimento internacional de reforma na administração pública, destinado a enfrentar o mundo competitivo da globalização, transfere-se naturalmente a outras áreas temáticas da administração. A educação não é exceção nesse quadro. Nesse sentido, parece-me sumamente importante tomar consciência do substrato ideológico e de todo o imaginário político e intelectual desse movimento internacional que se reflete crescentemente no ensino e na prática da administração educacional pelo mundo afora.

As novas perspectivas organizacionais e administrativas em andamento utilizam táticas essencialmente competitivas. Essas táticas implicam em que as decisões administrativas se preocupem primordialmente com resultados e não com processos. Implicam também em aumentar a eficiência e a produtividade. Implicam, finalmente, em elevar a capacidade gerencial e a utilidade imediata das organizações para a população. A principal preocupação dessas reformas não é com a administração propriamente dita; a administração é apenas parte da estratégia global. A preocupação maior é com a governabilidade, ou seja, com a capacidade de intermediar as complexas e delicadas relações dos governos e das empresas com a sociedade civil e as instituições sociais que configuram a vida moderna.

UM RENOVADO DESAFIO PARA OS EDUCADORES

Esta descrição apresenta-nos um quadro extremamente complicado para os que trabalham na área social, em particular na educação e em sua administração, tanto no âmbito estatal como na iniciativa

privada, incluindo as organizações da sociedade civil e associações comunitárias do terceiro setor. O novo movimento internacional no campo das ciências sociais e administrativas preconiza conceitos e

práticas que muitas vezes valorizam a eficiência e a produtividade acima do próprio processo educacional. Conceitos e práticas que dão mais importância ao domínio das táticas competitivas do que à formação para a solidariedade e a convivência humana. Conceitos e práticas que enfatizam comportamentos clientelistas e consumistas em prejuízo da formação para a cidadania e a responsabilidade social. Conceitos e práticas que priorizam instrumentos de controle de gestão que alimentam e realimentam processos decisórios preocupados com resultados imediatos e utilitários. Conceitos e práticas de avaliação educacional baseados na lógica econômica que recompensa os “melhores” e castiga os “piores,” ou seja, recompensa os que menos necessitam e castiga os que mais precisam, tornando-se assim, muitas vezes, fator de aprofundamento da desigualdade e aumento da exclusão social.

A avaliação, em suas distintas formas, é hoje um tema popular nas organizações intergovernamentais de cooperação técnica, nas agências internacionais de financiamento e nas agendas internas e externas de muitos governos nacionais. Em boa hora, o debate a respeito da avaliação está também na agenda deste Simpósio. A avaliação é também o tema central da reunião da Sociedade Brasileira de Educação Comparada que se realiza nesta capital nos dias 29 e 30 do corrente mês de novembro. No exame da literatura internacional encontramos crescentes questionamentos sobre determinadas orientações e metodologias de avaliação que alimentam práticas competitivas entre alunos e entre instituições e que estimulam comparações entre desiguais, muitas vezes baseadas em dados

desprovidos de validade técnica, relevância cultural, sentido pedagógico e solidariedade humana.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os sistemas de avaliação, com seus exames nacionais e locais, em diferentes níveis de ensino e diferentes campos do conhecimento, estão sendo crescentemente questionados por reconhecidos pensadores no âmbito universitário e nos centros de pesquisa e desenvolvimento. Cresce o número de universidades que já não tomam em conta os resultados desses exames e alguns Estados da União ameaçam abandoná-los por razões pedagógicas e por motivos de política social.

No caso brasileiro, a avaliação educacional, conduzida de distintas formas e com distintos instrumentos pelo Ministério da Educação, segue nossa tendência histórica de controle centralizado por parte do governo nacional, tendência que não guarda relação com uma política proclamada de descentralização, autonomia institucional e gestão local das escolas e universidades. Existem hoje novas propostas em consideração para re-examinar as atuais práticas de avaliação à luz da própria política educacional vigente que favorece a descentralização e a autonomia escolar e universitária. Com a consolidação dessas propostas, estaremos em condições de conceber metodologias mais compreensivas e participativas de avaliação institucional que favoreçam um permanente processo de aprendizagem e construção solidária, ao invés de alimentar a competitividade entre desiguais e aumentar a brecha que separa pessoas, escolas e instituições sociais.

O equacionamento correto desses desenvolvimentos representa um enorme de-

safio intelectual e praxiológico para educadores e educandos. Nesse sentido, os que integramos a família da ANPAE e nossos parceiros nacionais e internacionais, temos diante de nós um projeto coletivo particularmente relevante. Por isso, é hora de saudar efusivamente o nosso reencontro histórico, sob novas e promissoras bases, com nossos parceiros de Portugal, em especial os membros do Fórum Português de Administração Educacional. Da mesma forma, é hora de saudar nossas alianças, permanentemente realimentadas, com nossos colegas latino-americanos e de todo o âmbito interamericano. Estou seguro que os resultados dessa nova convivência internacional demonstrarão que é possível sim, de que *sí se puede*, como dizem nossos irmãos latino-americanos, desenvolver uma efetiva cooperação intelectual que honra os valores, os compromissos e as necessidades das partes cooperantes.

Volto à minha recente conferência de São Paulo, para que, nesse ambiente associativo e cooperativo, um dos nossos desafios coletivos urgentes é examinar criticamente as novas categorias analíticas e soluções práticas em matéria de política e administração educacional, muitas vezes concebidas e difundidas através de mecanismos multilaterais de negociação política e de financiamento internacional, protagonizados por representantes governamentais, sem a participação efetiva dos atores sociais que atuam em nossas escolas, universidades e sistemas de ensino. As palavras-chave dessas intrigantes propostas educacionais são: eficiência, competitividade, descentralização, privatização, qualidade total, padrões e avaliação de desempe-

nho. O seu objetivo declarado é lograr elevados níveis de desenvolvimento humano para poder competir eficientemente na nova sociedade do conhecimento.

No entanto, um exame mais cuidadoso dessas novas categorias revela que na prática estamos, muitas vezes, diante de versões revisadas das teorias do capital humano, do investimento no ser humano, da planificação de recursos humanos e da administração para o desenvolvimento que captaram as atenções da academia educacional nas décadas de 50 e 60 e se esgotaram nos anos 70. Ou seja, os economistas da educação e do desenvolvimento estão de volta e mais fortes do que nunca! O ressurgimento do poder do ideário neoliberal com sua lógica competitiva alicerçada na concentradora economia da globalização, aliada à utilização mecânica da tecnologia da informação, vem condicionando significativamente a produção e a utilização do conhecimento que, na expressão de Gaudêncio Frigoto, perdeu muito de sua histórica dimensão crítica, para tornar-se um instrumento a serviço de fins pragmáticos e utilitários, desprovidos de validade ética e de relevância política e cultural.

Esses fatos nos convocam, mais uma vez, a enfrentar coletivamente os difíceis desafios educacionais que se nos apresentam no início deste novo século. A superação desses desafios dependerá, em grande parte, de nossa capacidade coletiva de construir conhecimentos e desenvolver práticas pedagógicas que sejam politicamente efetivas para as nossas comunidades e suas instituições de ensino e que sejam culturalmente pertinentes e significativas para os cidadãos no cotidiano da escola e na vida em sociedade.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Para terminar minha fala, gostaria de recorrer novamente aos poetas e aos músicos, começando por parodiar os versos de “a terra é de ninguém” escritos por Marcos e Paulo Sérgio Valle e maravilhosamente interpretados por nossa imortal diva gaúcha Elis Regina, que aqui contracena com numerosas divas bahianas, para dizer que a escola é de ninguém. Que a escola, desde o jardim da infância até a universidade, não é empresa industrial. A escola não é casa comercial. A escola é de todos, especialmente de quem nela ensina e nela estuda. Por isso mesmo, é preciso reinventar a escola e a universidade, tanto estatal com privada, como entidade de bem público, como arena pública em que todos somos chamados a juntos construir o conhecimento, a juntos promover a cultura, a juntos exercer a cidadania.

À luz dessas reflexões, faço votos que este simpósio e este aniversário da ANPAE marquem um novo momento na história de nossa agremiação e na história de nossa contribuição intelectual no campo da educação e da administração educacional. Que este momento seja o início de um novo movimento político-pedagógico, movimento destinado a redescobrir as raízes históricas de nossa educação e a reconstruir os eixos culturais da política e da gestão da educação no Brasil. Uma política educacional inspirada numa autêntica brasilidade no contexto de uma necessária lealdade planetária. Uma gestão educacional comprometida com os valores e aspirações da sociedade brasileira, valores e aspirações que hoje sustentam a luta dos educadores brasileiros, em particular os

professores universitários, visando resgatar a escola e a universidade como entidades de bem público e conquistar condições dignas de trabalho e de remuneração da atividade científica e cultural do País.

Finalmente, gostaria de voltar novamente ao início da minha fala para reiterar que as poucas horas de convivência em Salvador já foram suficientes para que nos sentíssemos em casa. Nada mais natural então do que alimentar a esperança de sempre voltar a esta cidade, cidade que nos faz sentir em casa. Por isso, amanhã, nos nossos recantos pelo País afora, seremos levados a cantar com Maria Bethania os versos que um dia lhe escreveu seu irmão:

*Ai quem me dera
Voltar quem me dera um dia
Meu Deus não tenho alegria
Bahia no coração.*

Nesse sentido, esperamos que nossos amigos e nossas amigas da Bahia não se esqueçam de nos esperar na janela. E se assim fizerem, teremos motivos de sobra para unir-nos a Gilberto Gil e com ele cantar:

*Por isso eu vou pra casa dela
Falar do meu amor por ela
Tá me esperando na janela
Não sei se vou me segurar.*

E com esses versos românticos, tão naturais na Bahia de todos os santos, me despeço com um axé baiano, e com licença dos baianos, com um axé anpaeano para todos.

Recebido em novembro de 2001.
Aprovação final em maio de 2002.